

História natural da religião,
De David Hume

Introdução do Editor*

James Fieser⁽¹⁾

A *História natural da religião*, de David Hume, é um marco no estudo do fenômeno da crença religiosa. Publicada pela primeira vez em 1757, está entre as primeiras obras a examinar a crença religiosa simplesmente como uma manifestação da natureza humana sem pressupor a crença na existência de Deus. Esta introdução focalizará o contexto e a recepção inicial da *História natural*.

A vida de Hume e as obras sobre religião

David Hume nasceu em 1711 em uma família razoavelmente rica de Berwickshire, na Escócia, próximo de Edimburgo. Seu contexto foi politicamente liberal e religiosamente calvinista. Quando criança frequentou fielmente a Igreja local da Escócia comandada por seu tio. Hume foi educado por sua mãe viúva até ingressar na Universidade de Edimburgo com a idade de onze anos. As cartas de Hume descrevem como, quando jovem estudante, tomou a religião a sério e seguiu obedientemente uma lista de preceitos morais extraídos do *The Whole Duty of Man*, um popular breviário calvinista.

Ao deixar a Universidade de Edimburgo por volta dos quinze anos para continuar sua educação por conta própria, Hume foi encorajado a considerar uma carreira no Direito, mas seus interesses se voltaram para a Filosofia. Durante estes anos de estudo privado ele começou a levantar sérias questões sobre a religião, como relata na seguinte carta:

Não faz muito tempo que queimei um velho livro manuscrito, que escrevi antes de completar vinte anos, que continha, página após página, o progresso gradual de meus pensamentos sobre esse assunto [i.e. a crença religiosa]. Comecei com uma ansiosa busca atrás de argumentos para confirmar a opinião comum: as dúvidas surgiam, eram dissipadas e depois retornavam; eram novamente dissipadas, retornavam de novo.⁽²⁾

Embora o livro manuscrito tenha sido destruído, várias páginas das anotações de Hume feitas por volta dos seus vinte anos sobreviveram. Elas mostram uma preocupação com os temas da prova da existência de Deus e com o ateísmo, particularmente no momento em

* © 2001 James Fieser. *The Internet Encyclopedia of Philosophy* (<http://www.iep.utm.edu>).
Tradução: Jaimir Conte.

⁽¹⁾ Desejo agradecer a Tom Beauchamp, David Fate Norton, e a Manfred Kuehn por suas sugestões e comentários.

⁽²⁾ Hume para Gilbert Elliot of Minto, 10 de março de 1751, in J.Y.T. Greig's *Letters of David Hume*, Oxford: 1932.

que ele lia sobre estes tópicos nos textos clássicos gregos e latinos e no *Dicionário histórico e crítico* do cético Pierre Bayle. É nestas anotações que encontramos pela primeira vez Hume interessado nas origens da religião.⁽³⁾

Durante os anos de estudo privado Hume compôs seus três volumes do *Tratado da natureza humana*, que foram publicados anonimamente em duas etapas antes dele completar 30 anos (em 1739 e em 1740). Apesar de hoje ser considerado pelos estudiosos como uma obra-prima filosófica, Hume ficou desapontado com o pouco interesse que seu livro gerou. O *Tratado* explora vários tópicos filosóficos tais como: espaço, tempo, causalidade, objetos externos, as paixões, o livre-arbítrio e a moralidade, oferecendo análises originais e frequentemente cétricas destas noções. Embora a crença religiosa não seja assunto de uma seção específica do *Tratado*, ela é um tema recorrente.⁽⁴⁾ Por exemplo, algumas passagens sugerem que a natureza moral do criador não pode ser determinada seja através da experiência ou da intuição. Sua abordagem a respeito das questões religiosas nestas passagens foi cuidadosa, e, conseqüentemente, menciona numa carta sua esperança de que o clero não “encontraria nenhuma grande questão de ofensa” em seu obra.⁽⁵⁾ Hume tinha boas razões para ser cauteloso. Embora vivesse num período que é muitas vezes chamado de “ilustrado”, ou seja, quando as ciências físicas e as ciências humanas estavam justamente tornando-se secularizadas, as mudanças eram lentas e cautelosas. Em 1619, o ateu italiano Lucilio Vanini foi condenado à morte na França por propagar suas concepções naquele país. Sua língua foi cortada e depois ele foi queimado. Até mesmo afirmações menos extravagantes poderiam ter conseqüências infelizes. Em 1696 John Toland fugiu da Irlanda, seu país, para evitar ser preso por sugerir que a razão substituiria o cristianismo. Mais tarde, em 1763, com a idade de 70 anos, Peter Annet foi condenado a um ano de trabalhos forçados por atacar os relatos de milagres feitos no Velho Testamento. A sorte destes pensadores enviou uma clara mensagem a qualquer um que tentasse escrever contra as concepções religiosas convencionais. Hume não tinha nenhum interesse em tornar-se um mártir em prol da causa da secularização, e suas cartas privadas revelam um constante esforço em se auto-censurar.

⁽³⁾ Uma anotação em particular antecipa o argumento de Hume de que o politeísmo foi a religião original: “Embora os Antigos falem freqüentemente de Deus no número singular, isso não prova que acreditavam em sua Unidade, já que os cristãos falam da mesma maneira do demônio. Baile.” Ver “Hume's Early Memoranda,” ed. E.C. Mossner, *Journal of the History of Ideas*, Vol. 9, p. 500.

⁽⁴⁾ Hume originalmente planejou incluir em seu *Tratado* alguns “Raciocínios sobre os milagres,” contudo decidiu contra isso por temer causar ofensa. Para uma discussão de como isso poderia ter aparecido no *Tratado* ver: “The Burial and Resurrection of Hume's Essay “Of Miracles,” de John O. Nelson. *Hume Studies*, 1986, Vol. 12, pp. 57-76. Para uma discussão do conteúdo e implicações religiosas do *Tratado*, ver “Skepticism and Natural Religion in Hume's *Treatise*,” de Paul Russell. *Journal of the History of Ideas*, 1988, Vol. 49, pp. 247-265.

⁽⁵⁾ Carta de 4 de março de 1740 a Francis Hutcheson.

Apesar de sua restrição, a questão da crença religiosa foi um tema recorrente durante toda a vida de Hume, e suas conclusões céticas não puderam ser facilmente ocultadas. Até suas discussões delicadamente conduzidas no *Tratado* foram atacadas. Uma primeira crítica anônima temia que o *Tratado* poderia ter um “efeito pernicioso sobre as opiniões ou a moralidade dos homens”⁽⁶⁾ Outra crítica julgava que a explicação da causalidade oferecida pelo *Tratado* tinha “anulado completamente o argumento *a priori* a favor da existência divina.”⁽⁷⁾

Em 1741 e 1742 Hume publicou seus *Ensaaios morais e políticos* em dois volumes. Os ensaios foram escritos num estilo popular e tiveram melhor sucesso do que o *Tratado*. Dos vinte e sete ensaios destes volumes, dois continham críticas discretas à religião. “Da superstição e entusiasmo” mostra que as superstições religiosas e o fanatismo são corrupções da verdadeira religião, mas o fanatismo é mais congenial às liberdades civis. “Dos partidos em geral” explica como as guerras religiosas na cristandade surgiram da injustificada intolerância e da formulação excessivamente precisa das doutrinas. A crítica de Hume à religião logo tornou-se mais direta e, conseqüentemente, seus escritos tornaram-se mais controversos. Em 1748 ele acrescentou à coleção de ensaios acima um ensaio intitulado “Do caráter nacional”. Numa longa nota de rodapé a este ensaio, Hume ataca o caráter do clero, acusando esta profissão de ser motivada pela ambição, vaidade e vingança. Esta nota de rodapé tornou-se um alvo favorito de ataque por parte do clero.

Dado o sucesso de seus *Ensaaios*, Hume estava convencido de que a péssima recepção de seu *Tratado* foi causada por causa de seu estilo antes que por causa de seu conteúdo. Em 1748 ele publicou sua *Investigação sobre o entendimento humano*, uma reedição mais popular do Livro I de seu *Tratado*. A *Investigação* também inclui duas seções não encontradas no *Tratado* e que, novamente, contém ataques totalmente diretos à crença religiosa. A seção “Dos milagres” apresenta o clássico argumento filosófico de Hume contra a crença nos milagres. Nele Hume argumenta que a esmagadora evidência apoiando as leis da natureza torna a crença em qualquer relato de milagre irracional. As reações negativas a este ensaio foram numerosas, e, mais que qualquer outro de seus escritos, “Dos milagres” estabeleceu a fama de Hume assim como sua reputação de “grande infiel”. Hume certa vez fez um comentário sobre o número de ataques publicados contra seu ensaio, e sugeriu que se algum tivesse sido satisfatório, os demais teriam sido considerados supérfluos.⁽⁸⁾ O segundo ataque da *Investigação* à crença religiosa foi um diálogo intitulado “De uma providência particular e de um estado futuro”. Nele Hume e um amigo discutem sobre a teologia natural e apresentam vários argumentos contra uma prova comumente aceita a favor da existência de Deus.

⁽⁶⁾ Carta ao editor, in *Common Sense: or the Englishman's Journal*, 1740, Saturday, July 5, pp. 1-2.

⁽⁷⁾ Resenha* do *Tratado*, in *The history of the works of the learned*, 1739, Vol. 2, pp. 353-404.

⁽⁸⁾ In: *Remarks on some sceptical positions in Mr. Hume's Inquiry*, de Richard Kirwan. Dublin: 1801. Nesta anedota Hume especificamente diz que 22 réplicas tinham aparecido.

Em 1751 Hume publicou sua *Investigação sobre os princípios da moral*, que retoma de uma forma diferente partes do Livro III de seu *Tratado*. Embora esta obra não ataque a religião diretamente, ela o faz de forma indireta ao estabelecer um sistema de moralidade sobre a utilidade e sentimentos humanos apenas, e sem apelar para mandamentos morais divinos. Críticos tais como James Balfour notaram esta omissão e de acordo com isso a criticaram por ser ímpia.⁽⁹⁾ Entretanto, perto do final do século Hume foi reconhecido como o fundador da teoria moral da utilidade.⁽¹⁰⁾ O teórico político utilitarista Jeremy Bentham reconheceu ter sido diretamente influenciado por Hume.⁽¹¹⁾ No mesmo ano Hume também publicou seus *Discursos políticos*, que receberam imediatamente elogios e influenciaram pensadores econômicos tais como Adam Smith, Godwin e Thomas Malthus.

Em 1752 o emprego de Hume como bibliotecário da Biblioteca dos Advogados de Edimburgo proporcionou-lhe meios para levar adiante seu interesse pela história. Ali escreveu a maior parte de seus muito bem-sucedidos seis volumes da *História da Inglaterra* (publicados de 1754 a 1762). O primeiro volume foi recebido de forma desfavorável, em parte devido a sua defesa de Carlos I, e em parte devido a duas seções que atacam o cristianismo. Numa passagem Hume nota que os primeiros reformadores protestantes eram fanáticos ou “inflamados pelo mais alto *entusiasmo*” em sua oposição ao domínio católico romano. Numa segunda passagem ele classifica o catolicismo romano como uma superstição que “como todas as outras espécies de superstição... provocam os vãos temores dos infelizes mortais.” O mais franco ataque contra a *História* de Hume veio de Daniel MacQueen nas 300 páginas das suas *Letters on Mr. Hume’s History*. MacQueen analisa do início ao fim o primeiro volume da *História* de Hume, expondo todo o “vago e ireligioso escárnio” que Hume supostamente faz contra o cristianismo. No final, esta reação negativa levou Hume a eliminar as duas passagens controversas das edições posteriores da *História*.⁽¹²⁾

Por volta desta época Hume também escreveu suas duas obras mais substanciais sobre a religião: *Diálogos sobre a religião natural* e *História natural da religião*. A *História natural* apareceu em 1757, mas, devido a advertência de amigos que desejavam manter Hume longe das controvérsias religiosas, os *Diálogos* permaneceram inéditos até 1779, três anos depois de sua morte. As duas obras devem ser entendidas em conjunto. Hume começa a *História natural* mencionando duas explicações distintas que podem ser

⁽⁹⁾ James Balfour, *A Delineation...*, Edimburgo: 1753, especialmente Seção 4.

⁽¹⁰⁾ Ver William Belsham, *Essays, philosophical, historical, and literary*, Londres: 1789-1791, Essay 10; ver também Robert Blakey, *History of Moral Science*, Londres: 1833, que escreve, “Nenhuma teoria da ação moral tem passado por uma mais minuciosa e ampla investigação do que aquela com a qual o nome do Sr. Hume é agora geralmente relacionado, ou seja, a utilidade” (Vol. 2, Capítulo 18, pp. 62-97).

⁽¹¹⁾ Jeremy Bentham, *Fragmento sobre o Governo*, in *The Works of Jeremy Bentham*, ed. John Bowring, New York: 1962, Vol. 1, p. 268.

⁽¹²⁾ Estas passagens suprimidas são reimpressas no Volume I da *Historia da Inglaterra* de Hume na edição da *Liberty Classics*, Indianapolis: 1983, xiv-xvii.

dadas da crença religiosa: as pessoas podem ser levadas à crença religiosa por argumentos racionais, ou por fatores psicológicos completamente independentes de qualquer fundamento racional, tais como o medo. Hume examina a possibilidade de uma fonte racional para a crença religiosa nos *Diálogos*, os quais apresentam um debate entre dois teístas e um cético religioso. O cético praticamente destrói todos os argumentos a favor da existência de Deus (tais como o argumento do desígnio, de acordo com o qual a presença de um desígnio no mundo implica a existência de um criador divino). Na *História natural* ele examina a base antropológica e psicológica (i.e., “natural”) para este tipo de crença, e mais uma vez nota que a crença religiosa não tem um fundamento objetivo. Assim, tomados em conjunto, os *Diálogos* e a *História natural* constituem uma completa rejeição da crença religiosa.

Embora estas duas obras contenham os mais sinceros ataques de Hume contra a crença religiosa, ele, não obstante, evitou ser demasiadamente direto. Em particular, o estilo literário dos *Diálogos* torna difícil determinar a intenção de Hume. Na *História natural*, Hume alega em várias ocasiões que a existência de Deus pode ser provada racionalmente, contudo, seus outros escritos e a correspondência sugere que ele não acreditava nisso.

A *História natural* provocou controvérsia mesmo antes de ser publicada. Em 1756 um volume de ensaios de Hume intitulado *Cinco dissertações* foi impresso e preparado para distribuição. Os ensaios incluíam (1) “História natural da religião”, (2) “Das paixões”, (3) “Da tragédia”, (4) “Do suicídio”, e (5) “Da imortalidade da alma”. Os dois últimos ensaios fazem ataques diretos contra as doutrinas religiosas populares ao defender o direito moral da pessoa de cometer suicídio e ao criticar a idéia de uma vida após a morte. William Rose explica na *Monthly Review* a reação a estes dois últimos ensaios, e a pressão exercida sobre Andrew Millar, o editor de Hume.

... antes da data estabelecida para a publicação, várias cópias foram distribuídas a alguns amigos do autor, que estavam ansiosos para ver tudo o que saía de sua pena; de tal modo que um nobre senhor, que ainda hoje vive, ameaçou processar o Sr. Millar se ele publicasse os ensaios [sobre o suicídio e sobre a imortalidade]... Hume, como um corajoso veterano na causa da infidelidade, não se sentiu intimidado por esta ameaça, mas o pobre livreiro ficou terrivelmente amedrontado, a tal ponto que, de fato, recolheu todas as cópias que tinha distribuído, cancelando os dois ensaios, e, com alguma dificuldade, convenceu o Sr. Hume a colocar outros ensaios no lugar daqueles criticados pelo nobre Senhor...⁽¹³⁾

As cópias impressas das *Cinco dissertações* foram então fisicamente alteradas, com um novo ensaio, “Do padrão do gosto”, inserido no lugar dos dois ensaios removidos. Hume também aproveitou esta oportunidade para alterar dois parágrafos particularmente ofensivos

⁽¹³⁾ William Rose, *Monthly Review*, 1784, Vol. 70, pp. 427-428.

da *História natural*.⁽¹⁴⁾ Os ensaios foram então encadernados com o novo título de *Quatro dissertações* e distribuídos em janeiro de 1757.

Nos anos seguintes às *Quatro dissertações*, Hume completou sua última maior obra literária, a *História da Inglaterra*. Seus anos restantes foram gastos revisando e aprimorando suas obras publicadas, quando ele passou a ter uma vida mais calma. Em 1776, com a idade de 65 anos, morreu devido a uma doença interna que o tinha incomodado durante meses.

Depois de sua morte, o nome de Hume adquiriu um novo significado quando várias de suas obras antes inéditas apareceram. A primeira foi uma breve autobiografia, *Minha vida*, que muitos têm elogiado como a melhor autobiografia concisa escrita em inglês. Até mesmo esta obra desprezível provocou controvérsia religiosa. Como os amigos de Hume, Adam Smith e S.J. Pratt, publicaram afetuosos elogios descrevendo como ele morreu sem qualquer preocupação com uma vida após a morte, críticos religiosos responderam condenando esta injustificável admiração da infidelidade de Hume. Dois anos depois, em 1779, os *Diálogos* de Hume apareceram. Mais uma vez, a reação foi confusa. Os admiradores de Hume consideraram-na uma obra habilmente escrita, ao passo que os críticos religiosos a estigmatizaram como perigosa para a religião. Finalmente, em 1782, os dois ensaios de Hume que haviam sido suprimidos, sobre o suicídio e sobre a imortalidade, foram publicados. Sua recepção foi quase unanimemente negativa, como a seguinte da *Critical Review* ilustra:

Os princípios que o Sr. Hume tenta defender são desprezíveis e perniciosos, tendo uma tendência para afrouxar os laços da sociedade, para subverter o fundamento da religião, para rebaixar a natureza humana, para extinguir toda nobre emulação, para denegrir toda a criação, e para frustrar nossas mais sublimes intenções e esperanças.⁽¹⁵⁾

Embora o crítico com certeza tenha ido longe demais, reações como esta têm tornado o nome de Hume quase sinônimo de ceticismo religioso.

⁽¹⁴⁾ É importante reconhecer que a mudança e substituição destas passagens por parte de Hume foram resultado da auto-censura, politicamente motivada, e não por razões meramente estilísticas. Em primeiro lugar, somente duas passagens foram eliminadas, ambas envolvendo discussões heterodoxas do Deus do Velho Testamento. A passagem inserida expressa a mesma posição, mas de uma maneira mais ambígua e dissimulada. Em segundo lugar, evidência externa sugere igualmente que a alteração de Hume da *História natural* era bem conhecida, e que era a fim de evitar controvérsia religiosa.* Warburton, em seus *Comentários*, expressa surpresa com a preocupação dos amigos de Hume, que “lhe propuseram para purificar* sua *História natural* dos mais grossos resíduos* de ateísmo, antes de ser apresentada ao mundo” (*Works*, 1788, Vol. 7, p. 885). Uma observação semelhante é feita na resenha da *História natural* na *Critical Review* que menciona um defeito na organização das noções por parte de Hume “ocasionado talvez por alguma castração do original” (1757, Vol. 3, pp. 97-107).

⁽¹⁵⁾ Resenha* dos *Essays on Suicide and the Immortality of the Soul*, in *Critical Review*, 1783, Vol. 57, p. 475.

***O contexto intelectual da
“História natural da religião” de Hume***

Os argumentos de Hume na *História natural da religião* são parte de uma longa tradição de escritos do século XVII e XVIII sobre a história da religião, do paganismo e da superstição. O século XVII produziu muitas obras gerais e informativas sobre o assunto, tais como relatos de viajantes sobre práticas religiosas, estudos religiosos comparativos, obras etimológicas e traduções de textos gregos, latinos e orientais. Por exemplo, a *Historia Religionis Veterum Persarum* (1700) de Thomas Hyde foi um estudo altamente respeitado das religiões persas antigas, que continha textos religiosos, comentários e discussões de práticas religiosas. Hume foi particularmente influenciado por Hyde, e citou sua *Historia* várias vezes na *História natural*.

Entretanto, os novos fatos descobertos por exploradores levantaram questões para aqueles que aceitavam o judeo-cristianismo como uma religião que tinha uma posição privilegiada. Várias obras apareceram especificamente para justificar o cristianismo. Os três volumes da *De Theologia Gentili* (1641) de Gerardus Joannes Vossius, talvez a mais influente dessas obras, ofereceu uma nova maneira de justificar a posição especial do judaísmo e do cristianismo diante das religiões politeístas. O livro de Vossius é uma tentativa maior de remontar do politeísmo à religião monoteísta original. Sua obra foi muito bem sucedida, e foi a base de mais estudos nesta área.

Outras explicações do politeísmo e das religiões pagãs no século XVII eram reações contra as concepções medievais que freqüentemente apelavam para a existência de demônios que teriam seduzido os homens primitivos a adorá-los. Alguns escritores argumentavam que as religiões pagãs foram apoiadas por políticos que se aproveitavam das supersticiosas vulnerabilidades das massas.⁽¹⁶⁾ Em resposta, entretanto, o motivo para tais obras era defender o cristianismo.

A explicação mais favorável da história da religião veio dos deístas ingleses do século XVIII. Os deístas sustentaram três princípios: a existência de Deus poderia ser demonstrada através da natureza, Deus não está envolvido nos assuntos humanos, e a Bíblia ou outros livros sagrados não contém revelação especial de Deus. Os deístas não rejeitaram as crenças religiosas pagãs, mas ao invés disso argumentaram que elas poderiam nos ensinar muito sobre a crença religiosa em geral. Lord Herbert de Chebury, pai do deísmo inglês, argumenta em sua *De Religione Gentilium* (1663) que as religiões pagãs antigas sustentavam cinco “noções comuns” que, ele acreditava, formavam a base da religião: um Deus supremo, a adoração de Deus, a virtude, a penitência e recompensas e punições

⁽¹⁶⁾ Ver, por exemplo, Pierre Bayle, *Pensees diverses sur la comete* (1683); Bernard Fontenelle, *De l'origine des fables* (1724); Antonius Van Dale, *Dissertationes de Origine ac Progressu Idololatrae et Superstitionum* (1696). Outras obras européias continentais sobre o paganismo são Balthasar Bekker, *De betoovert Wereld* (1691); Pierre Jurieu, *Histoire critique des dogmes et des cultes* (1704); e Dom A. Calmet, *Dissertation sur l'orgine de l'idolatrie* in *Dissertations* (1720).

futuras. Herbert acrescenta, entretanto, que os sacerdotes corromperam esta religião original ao acrescentar práticas politeístas que eram financeiramente mais vantajosas. Outros deístas ingleses seguiram a intuição básica de Herbert. Nas *Letters to Serena* (1704) John Toland argumenta que as religiões gregas antigas e do Oriente Médio estavam de acordo com a simplicidade da natureza divina. Finalmente, Matthew Tindal argumentou em *Christianity as Old as Creation* (1730) que as religiões pagãs continham os elementos essenciais do verdadeiro cristianismo.

A *História natural* de Hume está no fim desta linha de raciocínio que vai de Vossius até os deístas. Mas a explicação de Hume difere significativamente até das mais ambiciosas destas obras e de fato subverte toda esta escola de raciocínio. Pois o ensaio de Hume é uma inversão de uma forma principal de apologética religiosa, visto que ele não examina o politeísmo para defender o cristianismo. O próprio título do ensaio de Hume revela sua singular abordagem do assunto. Em primeiro lugar, ele está apresentando uma história natural da religião que é oposta a uma história guiada por pressuposições religiosas. Em segundo lugar, Hume está oferecendo uma história natural da religião que é oposta a uma história natural do paganismo ou idolatria (tal como a *The Natural History of Superstition*, 1709, de John Trenchard). Ao tratar a crença religiosa popular (incluindo o cristianismo) como um mero produto da natureza humana, Hume estava questionando a religião de forma mais fundamental que seus predecessores.

Hume tinha três principais objetivos na *História natural*, o primeiro deles é estabelecer que o politeísmo, e não o monoteísmo, foi a primeira religião dos homens. Aqui Hume se opõe à concepção que vai da primeira era Cristã até Vossius. Até o século XVI, as discussões sobre a origem do politeísmo (ou idolatria, como era então chamado) eram baseadas nos capítulos 13-15 da *Sabedoria de Salomão* das *Escrituras apócrifas*. Afirmava-se que o monoteísmo foi a primeira religião e que a idolatria era uma corrupção deste, uma vez que a existência de um único Deus pode ser claramente vista a partir do desígnio da natureza. Durante o Iluminismo, a *Sabedoria de Salomão* foi menos frequentemente citada como uma autoridade sobre a origem da religião, especialmente entre os protestantes.⁽¹⁷⁾ Contudo, os teólogos deístas e ortodoxos chegaram igualmente, no final, à mesma conclusão: que o monoteísmo deve ter sido a primeira religião na qual a existência de Deus é revelada a todas as pessoas através da natureza. Hume opôs-se a esta visão nas Seções I e IV da *História natural*.

O segundo objetivo de Hume na *História natural* é estabelecer “quais são os princípios que engendram a crença original [na religião], e quais são os acidentes e causas que regulam sua operação.” O objetivo de Hume é desenvolver uma psicologia da religião, que ocupa as Seções II, III, V, VII e VIII. Mais uma vez, Hume entra num longo debate

⁽¹⁷⁾ Para uma discussão sobre a influência da *Sabedoria* sobre as primeiras histórias da religião ver Francis Schmidt, “Naissance des Polytheismes (1624-1757),” *Archives des Sciences Sociales des Religions*, 1985, Vol. 59, pp. 77-90.

sobre as causas da crença religiosa. Os deístas ingleses estavam satisfeitos com a explicação de que a crença religiosa surge da contemplação do desígnio natural. Entretanto, outros escritores sobre a história da religião propuseram explicações menos racionalmente baseadas. Existiam três teorias favoritas. Uma concepção sustentava que a religião resulta do medo das calamidades naturais.⁽¹⁸⁾ Uma segunda teoria sustentava que os deuses pagãos eram originariamente heróis humanos que foram divinizados depois da morte.⁽¹⁹⁾ A terceira teoria sugeria que os deuses pagãos emergiram como alegorias para as experiências humanas.⁽²⁰⁾

Hume adota todas estas teorias, embora para Hume cada uma destas tendências derive de um instinto da natureza humana, e ao mesmo tempo contitui uma *completa* explicação da crença religiosa. Sua discussão aqui assemelha-se exatamente à sua abordagem filosófica no *Tratado*. Naquela obra ele examina várias crenças filosóficas (tais como a crença num tempo objetivo, em objetos externos, na causalidade, na identidade pessoal, e no livre arbítrio), e então oferece explicações psicológicas de como estas crenças surgem na imaginação humana. Todas as suas explicações apelam para princípios instintivos (ou propensões naturais) que regulam nossos pensamentos sobre estas noções. Mesmo nossas crenças errôneas (tais como a crença numa conexão necessária externa) podem remontar a um ou mais princípios instintivos. Na *História natural* Hume estende esta abordagem para a crença religiosa ao expor os princípios instintivos responsáveis por estas noções, alguns dos quais são: o medo instintivamente produzido, o instinto de antropomorfizar e o instinto de louvar excessivamente.

O terceiro e último objetivo de Hume na *História natural* é comparar o politeísmo com o monoteísmo e mostrar que um não é superior ao outro (seções IX-XV). Cada qual tem suas próprias vantagens e desvantagens. Se tivermos de escolher, o politeísmo deve ser preferido porque não produz as contradições, a intolerância ou crueldade que o monoteísmo produz. A alegação de Hume não foi engenhosa apenas em sua época mas também vai contra algumas análises da sociologia da religião de hoje.⁽²¹⁾ Embora Hume reúna evidência em apoio desta comparação entre o monoteísmo e o politeísmo, existem questões sobre sua sinceridade. Alguém poderia vê-la como uma análise genuinamente imparcial de uma questão delicada. Entretanto, tem sido também sugerido que Hume tinha um plano oculto quando comparou o monoteísmo e o politeísmo, esperando simplesmente solapar o

⁽¹⁸⁾ Este argumento é classicamente apresentado por Lucrecio e depois por Thomas Hobbes, Benedito Spinoza, e Denis Diderot.

⁽¹⁹⁾ Proponentes desta concepção incluem o antigo poeta grego Euhemerus, Isaac Newton, Abbe Banier, e Nicolas Freret.

⁽²⁰⁾ Esta visão foi defendida por Giambattista Vico, Court de Gebelin, e Charles Dupuis.

⁽²¹⁾ Por exemplo, Robert Brow em *The World's Religions* (Grand Rapids: 1982, p. 33) alega que “É um fato histórico que o politeísmo sempre enfraquece uma nação, ao passo que o monoteísmo a fortifica e une.”

primeiro ao colocá-lo contra o último.⁽²²⁾ Nas últimas seções, o que é mais importante, Hume faz uma separação entre a crença religiosa e a moralidade, argumentando de fato que o ateísmo é moralmente preferível ao teísmo.⁽²³⁾

Reações à “História natural da religião” de Hume

A partir de sua publicação, a *História natural* foi resenhada por três revistas literárias britânicas. A *Monthly Review*, a mais vendida e mais influente revista do século XVIII começa elogiando a habilidade literária de Hume. Entretanto, William Rose, o resenhista, lamenta a maneira como Hume diminui a autoridade da religião “ao fazer alusões indiretas e falsas insinuações “que somente enchem a mente com as desconfortáveis flutuações do ceticismo, e a melancolia da infidelidade.”⁽²⁴⁾ A resenha termina notando que a *História natural*,

...está cheia de reflexões inteligentes, e observações justas, sobre a natureza humana: misturadas com uma grande parcela daquele espírito cético que é tão evidente em todas as suas obras; e com algumas insinuações, habilmente ocultas, contra a religião cristã.

A *Critical Review*, uma recém criada rival da *Monthly*, abre mencionando que a *História natural* foi “escrita com um grande grau de prudente circunspeção” esperada, mas que ela “revela suficientemente aquela divergência cética das opiniões aceitas”. O resenhista adverte que “autores de reconhecida e distinta habilidade como o Sr. Hume, devem sempre ser lidos com atenção e cuidado, em especial sobre assuntos desta natureza, porque onde existe um poder para agradar e persuadir, existe também um poder para enganar e seduzir.” A resenha termina com a seguinte reserva:

...não nos deparamos com aquela inovação, ou força de argumento que esperaríamos de um autor de tão distinta capacidade. Nem podemos na realidade perceber *quo tendit*, para que fim ou propósito esta dissertação foi escrita. Um defeito da parte do autor na organização de suas noções, e uma falta de método e coerência é também visível do começo ao fim, ocasionado talvez por alguma castração do original.⁽²⁵⁾

Esta resenha pode ser em parte responsável pelos esforços de Hume para organizar a *História natural* nas últimas edições, como sugerido na seguinte carta de Hume a seu editor William Strahan:

⁽²²⁾ Christopher J. Wheatley, “Polemical Aspects of Hume's *Natural History of Religion*,” *Eighteenth-Century Studies*, 1986, Vol. 19, 502-514.

⁽²³⁾ Ver David Fate Norton, “Hume, Atheism, and the Autonomy of Morals,” in *Hume's Philosophy of Religion*, 1986, pp. 97-144.

⁽²⁴⁾ William Rose, resenha* das *Four Dissertations*, in *Monthly Review*, 1757, Vol. 16, pp. 122-139.

⁽²⁵⁾ *Critical Review*, 1757, Vol. 3, pp. 97-107.

Sei que tem sido freqüentemente objetado contra minha *História natural da religião* que ela não tem ordem. Para evitar esta objeção decidi introduzir no início o conteúdo que ela encerra.... Existem os títulos das várias seções. Desejaria também que os títulos de cada seção fossem introduzidos no início da seção. Isso ajudará o leitor a compreender o escopo do discurso.⁽²⁶⁾

Finalmente, a *Literary Magazine*, que permaneceu em circulação por apenas dois anos, também apresentou reservas:

Deve-se observar que este autor, em outras ocasiões novas e singulares, e geralmente também com propriedade, apresentou neste discurso poucas posições, ou nenhuma, que não são encontradas em outros escritos sobre este assunto. Que o politeísmo foi a religião natural do mundo pagão inculto, é muito certo, e tem sido freqüentemente defendido.

O resenhista argumenta que a explicação psicológica de Hume sobre o desenvolvimento da religião é “exposta numa luz muito provável”. Entretanto, o resenhista conclui que os talentos de Hume poderiam ter sido melhor empregados a serviço da religião:

Em primeiro lugar, porque se ele estivesse muito mais a par do mistério a ponto de saber que todos vivemos numa ilusão... [então] esclarecer-nos certamente introduziria a anarquia e a confusão. Em segundo lugar, porque a religião cristã inculca um certo esquema de benevolência e de virtude, que não pode deixar de ser confortável para nós como indivíduos, e nos torna mais aceitáveis uns aos outros como seres sociais.⁽²⁷⁾

Outras críticas da *História natural* logo apareceram em livros e panfletos, sugerindo que a *História natural* era muito mais inovadora e controversa do que indicado nas resenhas das revistas. Um alvo comum era a alegação de Hume de que o politeísmo foi a religião original. O livro *Remarks upon the Natural History of Religion by Mr. Hume* (1758), de Thomas Stona, começa sugerindo que a obra de Hume vai além dos limites da liberdade de expressão. Ele continua atacando a afirmação de Hume de que os antigos eram demasiado ingênuos para desenvolver um conceito de monoteísmo a partir do desígnio natural. Voltaire, em seu *Dicionário filosófico* (1764) argumenta contra Hume que as pessoas “começaram adorando apenas um Deus, e que depois a fraqueza humana adotou vários outros.”⁽²⁸⁾ Duncan Shaw, em *A Comparative View* (1776), argumenta que uma vez que

⁽²⁶⁾ Carta de 20 de maio de 1757 a William Strahan.

⁽²⁷⁾ *Literary Magazine or Universal Review*, 1757, Vol. 2, pp. 32-35.

⁽²⁸⁾ Voltaire, *Dicionário Filosófico*, “Religião.” Voltaire não identifica diretamente Hume como seu alvo, mas começa mencionando “Outro sábio, muito mais filósofo, que é um dos metafísicos mais profundos dos nossos dias, dá fortes razões para provar que o politeísmo foi a primeira religião dos homens...” Esta é certamente uma referência à *História natural* de Hume e uma referência

Adão poderia deduzir um único criador a partir do desígnio natural, como o próprio Hume reconhece na primeira seção da *História natural*, então a posição do monoteísmo original é mais razoável.⁽²⁹⁾

Outros aspectos da *História natural* foram discutidos de modo mais divergente. O pós-escrito de Caleb Fleming à suas *Three Questions Resolved* (1757) criticam a afirmação de Hume de que a religião é fundada em princípios da imaginação, como opostos a provas racionais de um único criador. De maneira interessante, Fleming toma a sério a alegação de Hume da crença em Deus, e conclui que, “não obstante estes sofismas, o Sr. Hume desmascarou admiravelmente a superstição... e na medida em que é um teísta, não pode ser um inimigo do autêntico cristianismo.”⁽³⁰⁾ James Chelsum, em *Remarks on the two last chapters of Mr. Gibbon* (1778) ataca Hume na *História natural* por ser “um aberto defensor da razoabilidade e mesmo da probabilidade dos sistemas da antiga mitologia pagã.”⁽³¹⁾ A *Reply to Mr. Gibbon's Vindication* (1779), de Henry Edward Davis, estabelece paralelos entre a *História natural* de Hume e “True Genius of Polytheism” de Gibbon em sua obra *Decline and Fall*, e de acordo com isso acusa Gibbon de plágio.⁽³²⁾

Uma primeira réplica publicada merece particular atenção. Depois de alguns meses do aparecimento da *História natural*, William Warburton publicou *Remarks on Mr. David Hume's Essay on the Natural History of Religion*. Warburton foi um dos principais teólogos de sua época e, para frustração de Hume, foi também um dos seus mais perspicazes e desinibidos críticos.⁽³³⁾ O interesse de Warburton por Hume começa em 1749 quando ele pensou em publicar um ataque ao ensaio sobre os milagres de Hume.⁽³⁴⁾ O

que os contemporâneos de Voltaire reconheciam. Por exemplo, Francois Xavier Swediaur em seu próprio *Philosophical Dictionary* (1786) cita esta passagem de Voltaire, mas toma liberdade em sua tradução identificando diretamente Hume: “David Hume, em sua história natural da religião, dá fortes razões para provar que a primeira religião foi o politeísmo...” (“Polytheism, Not the Primary Religion of Mankind”).

⁽²⁹⁾ Duncan Shaw, *A Comparative View of the Several Methods of Promoting Religious Instruction*, Londres: 1776, Vol. 2, Apêndice 2, pp. 268-302.

⁽³⁰⁾ Caleb Fleming, *Three Questions Resolved... with a Postscript on Mr. Hume's Natural History of Religion*, Londres: 1757, pp. 50-56.

⁽³¹⁾ James Chelsum, *Remarks on the two last chapters of Mr. Gibbon's History*, Oxford: 1788, p. 50. Um ataque semelhante aparece no anônimo “The Progress of Infidelity,” *Quarterly Review*, 1823, Vol. 28, p. 493.

⁽³²⁾ Henry Edward Davis, *A Reply to Mr. Gibbon's Vindication*, Londres: 1779, p. 157.

⁽³³⁾ A longa duração* da aversão de Hume em relação a Warburton é expressada em várias cartas. Por exemplo, ele escreve a William Strahan, “Lembro que o Senhor Mansfield disse-me que Warburton era socialmente um homem completamente diferente do que era em seus livros; então respondi que ele deve ser o mais agradável camarada* na Europa, pois certamente é o mais detestável escritor.”

⁽³⁴⁾ Warburton escreve numa carta a Richard Hurd, “Tenho uma mente poderosa para fazer justiça a seus argumentos contra os milagres, o que eu penso que poderia ser feito em poucas palavras. Mas ele merece atenção? Você o conhece? Peço que me responda estas questões. Pois se sua própria importância o humilha, lamentaria contribuir para seu avanço para qualquer lugar a não

ataque nunca apareceu, uma breve crítica ao ensaio de Hume está entre os manuscritos inéditos de Warburton.⁽³⁵⁾ A obra *Remarks*, publicada quase uma década depois, constitui a crítica mais radical da *História natural* de Hume até hoje.

O contexto da obra *Remarks* de Warburton é transmitido por seu amigo íntimo e seguidor, Reverendo Richard Hurd. Hurd menciona que Warburton obteve uma cópia da *História natural*, e foi provocado “por sua incomum libertinagem, a anotar na margem, enquanto ia lendo, as observações como lhe ocorriam... Neste estado o livro me foi mostrado... apenas como matéria de curiosidade, e para dar-me uma idéia do conteúdo, de quão pernicioso e extravagante era.” Hurd ficou impressionado com comentários à margem feitos por Warburton e sugeriu que Warburton os publicasse como uma réplica à Hume. Warburton finalmente consentiu, desde que o próprio Hurd transcrevesse os comentários feitos à margem e os reunisse num panfleto organizado. Warburton escreve a Hurd que,

Proponho publicar algo semelhante a este título – ‘Comentários sobre o último ensaio do Sr. Hume, intitulado, *História natural da religião*, por um cavalheiro de Cambridge, numa carta ao Rev. Dr. Warburton’. – Proponho que a indicação do endereço seja seca e reservada como se fosse de um estrangeiro... O endereço o despistaria de mim; o autor, um cavalheiro de Cambridge, de você; e o segredo da impressão, de ambos.⁽³⁶⁾

Como proposto, Hurd organizou o material e teve a obra publicada anonimamente.

Warburton escreve sarcasticamente que o propósito de seu *Remarks* é apresentar uma espécie de “virtude filosófica [de Hume], seu raciocínio, sua consistência, seu conhecimento, sua verdade, sua sinceridade, e sua modéstia, como elas confusamente aparecem na *História natural da religião*”. Para Warburton, Hume falha em todas estas explicações. Ele ataca a imparcialidade de Hume mostrando que este ignora a história da religião dada por Moisés. Acusa Hume de distorcer passagens que cita de Rutilius, de Maquiavel e de Ramsay. Em várias ocasiões ele encontra inconsistências na discussão de Hume. De forma mais interessante, Warburton questiona a sinceridade das concessões cortesias de Hume para a crença cristã: “Vemos o que o homem [i.e., Hume] seria através de todos os seus disfarces. E, sem dúvida, ficaria muito mortificado se não o fizéssemos...”. Além dos seus substantivos comentários, o texto *Remarks* de Warburton contém os desdenhosos e escarnecedores ataques pelo quais ele foi bem conhecido.

Em sua autobiografia, Hume discute tanto a recepção de sua *História natural* em geral como o texto *Remarks* de Warburton em particular.

ser o pelourinho*” *Letters from a Late Eminent Prelate to One of his Friends*, Boston: 1806, p. 10.

⁽³⁵⁾ O manuscrito de Warburton contra o ensaio de Hume finalmente apareceu em *A Selection from Unpublished Papers of the Right Reverend William Warburton*, de Francis Kilvert. Londres: 1841, pp. 311-315.

⁽³⁶⁾ Thomas Hurd, *Life of Warburton in Works*, de Warburton. Londres: 1811, pp. 65-69.

Enquanto isso, publiquei em Londres minha *História natural da religião*, juntamente com outros pequenos ensaios. A acolhida que o público dispensou à obra foi bem medíocre, exceto pelo panfleto escrito pelo Dr. Hurd, com toda arrogância, grosseria e petulância antiliberal próprias da escola Warburtoniana. Por outro lado, este panfleto me proporcionou algum consolo, dada a indiferente acolhida à minha obra.

O resumo de Hume é interessante por duas razões. Em primeiro lugar, Hume sabia que Hurd não era o verdadeiro autor do panfleto. “Estou positivamente seguro”, diz ele a seu editor, “que o Dr. Warburton escreveu aquela carta [i.e. o panfleto] por conta própria... e de fato o estilo revela isso suficientemente.”⁽³⁷⁾ Talvez Hume tenha respeitado a identidade de Warburton já que reconheceu que réplicas anonimamente publicadas eram um meio aceitável de diálogo crítico, e o clérigo em particular “tinha uma boa desculpa para praticá-la.”⁽³⁸⁾

Em segundo lugar, e mais importante, é simplesmente falso que a *História natural* fez uma estréia obscura com uma recepção indiferente. Três resenhas da *História natural* apareceram dentro de dois meses. De acordo com o costume da crítica no século XVIII, obras obscuras e indiferentes recebiam apenas um parágrafo e às vezes uma só frase nas resenhas. Mas cada revista dedicou várias páginas para a obra de Hume. Além disso, como vimos acima, *Remarks* de Warburton foi apenas um dos vários livros e panfletos que responderam à *História natural*. As réplicas feitas por Warburton, Stona e Shaw foram cada uma delas resenhadas em várias revistas, e isso trouxe a discussão da *História natural* para um terceiro nível. O desapontamento de Hume na recepção da *História natural* possivelmente reflete sua esperança de que a obra geraria muitas reações imediatas como as que se seguiram a seu ensaio sobre os milagres.

As reações no século XVIII à *História natural* de Hume, tais como as de Warburton, foram em sua maioria negativas. Como o século XIX passou por mudanças fundamentais no entendimento da ciência e da religião, as reações aos escritos de Hume também mudaram. Em 1865, J.H. Stirling argumentou que “Hume é nossa política, Hume é nosso comércio, Hume é nossa Filosofia, Hume é religião.”⁽³⁹⁾ Desta maneira, a *História natural* começou a ter um impacto mais positivo sobre os leitores. Charles Darwin foi

⁽³⁷⁾ Carta de 3 de setembro de 1757, para Andrew Millar.

⁽³⁸⁾ Carta de Junho de 1757 a William Strahan. Hurd escreve em sua *Life of Warburton* que Hume “...was much hurt [pelo panfleto anônimo] e no wonder, by so lively an attack upon him, and could not help confessing it in what he calls his *own Life*; in which he has thought fit to honour me with greater marks of his resentment, than any other of the writers against him: nay the spiteful man goes so far as to upbraid me with being a *follower... of the Warburtonian school*.” Upon the publication of Hume's *Autobiography*, Horace Walpole escreveu a William Mason que Hume “fala de seu amigo, Bishop Hurd, com uma liberdade que eu ousou dizer que I dare to say the whole Court will profess to his Lordship they think monstrous rudeness.”

⁽³⁹⁾ J. H. Stirling, *The Secret of Hegel*, Londres: 1865, Introduction.

particularmente atraído pelo fato que a *História natural* de Hume fornece explicações para a “origem na mente humana”⁽⁴⁰⁾ da religião. Thomas Huxley argumentou que a *História natural* “antecipou os resultados da moderna investigação” ao explicar a origem da religião.⁽⁴¹⁾ John Tyndall citou a *História natural* como uma autoridade sobre as concepções antropomórficas da natureza dos primeiros antepassados.⁽⁴²⁾

Em 1863 o biógrafo de Warburton, John Shelby Watson, escreveu que “Warburton vangloriou-se de ter reduzido Hume à insignificância... mas que lugar muito mais elevado Hume ocupa agora na literatura do que Warburton!”⁽⁴³⁾ Desde a época de Watson a diferença entre Hume e seus primeiros críticos tem apenas aumentado. Novas edições das obras de Hume aparecem quase que anualmente, enquanto que as obras de seus oponentes são encontrados apenas em lojas de livros raros. Uma lista quase infinita de pensadores modernos poderia ser feita dos nomes daqueles que têm sido influenciados de alguma maneira por Hume. Parece que o próprio tempo é um cético.

⁽⁴⁰⁾ Manuscrito sem data, de 1839, como aparece em William B. Huntley, “David Hume and Charles Darwin,” *Journal of the History of Ideas*, 1972, Vol. 33, pp. 457-470.

⁽⁴¹⁾ Thomas Huxley, *Hume*, Londres: 1879, p. 184.

⁽⁴²⁾ Ver uma análise da afirmação de Tyndall de seu “Presidential Address”* in “Modern Scientific Materialism,” *Blackwood's Magazine*, 1874, Vol. 106, pp. 519-524.

⁽⁴³⁾ John Selby Watson, *The Life of William Warburton*, Londres: 1863, p. 482.